

FORMAÇÃO DO SUJEITO E O Esvaziamento dos Princípios Éticos

Marisete Tramontina Beltrame ¹
Vanessa Salete Bicigo de Quadros ²
Altair Alberto Fávero ³

RESUMO

A complexidade dos problemas enfrentados pela sociedade contemporânea impulsiona o esvaziamento de alguns princípios éticos que marcaram positivamente a educação da sociedade ocidental. Solidariedade, alteridade, preocupação com o bem estar da coletividade, bem comum foram sendo substituídos pela competição, egoísmo, individualismo e o bem estar individual. Isso se faz sentir também no Ensino Superior e na docência universitária, que são diretamente afetadas pelo modo de ser, agir e pensar dos sujeitos envolvidos. Tal contexto sugere a ruptura de paradigmas e uma nova reflexão sobre a ética, vislumbrando dar início ao movimento de compreensão do processo pedagógico alicerçado na prática reflexiva sobre o tipo de sujeito e profissional que se deseja formar. Para tanto, esse artigo foi construído mediante revisão bibliográfica do referencial teórico de Paulo Freire (2005; 2009) e Hans Jonas (1994; 2006; 2013), objetivando provocar reflexões acerca do compromisso moral do docente universitário frente a formação integral do sujeito para a sociedade moderna, bem como da importância da ética e do princípio ético da responsabilidade durante esse processo formativo desafiador. Assim, questiona-se: O que significa formar profissionais na educação superior numa educação pautada pelos princípios éticos da solidariedade, alteridade e preocupação com o bem estar da coletividade? Quais as possibilidades de aplicação do modelo da responsabilidade na docência universitária? Como as ideias de Freire e Jonas dialogam para a estruturação de um referencial ético? Os apontamentos finais assinalam que ambos conceitos éticos, podem ser utilizados de forma somativa, vindo a contribuir amplamente com a formação integral do sujeito, de modo a formar profissionais críticos e capazes de intervir positivamente no seu entorno social.

Palavras-chave: Formação Integral, Ética, Docência Universitária.

INTRODUÇÃO

A palavra ética deriva do grego *Ethos*, apontando para o caráter e modo de ser de uma pessoa. Desse modo, a ética como elemento constitutivo da formação do ser é essencial para que haja equilíbrio social sendo, segundo os preceitos filosóficos, uma ciência que estuda os valores e princípios morais que norteiam a conduta humana, estando presente nas ações diárias dos sujeitos em qualquer temporalidade e sociedade, independente de sua organização, estrutura ou diversidade. Em outras palavras, a ética pode ser compreendida como a ciência do

¹ Mestranda do Curso de Educação da Universidade de Passo Fundo - UPF, 102571@upf.br;

² Mestranda do Curso de Educação da Universidade de Passo Fundo - UPF, 70049@upf.br;

³ Professor Orientador: Professor e Pesquisador do PPGEDu da UPF, pós-doutor em Docência universitária pela Universidade Autónoma del Estado de México, doutor em Educação pela UFRGS, mestre em filosofia do conhecimento pela PUC/RS e graduado em Filosofia pela UPF, altairfaver@gmail.com.

comportamento moral do sujeito em sociedade, em que oportuniza a reflexão acerca da importância e consequência de cada agir diante de um todo.

Como indica Lalande (1993, p. 348), ética e moral representam, na devida ordem, conduta e costume. A ética mantém como objeto de estudo “os juízos de apreciação sobre os atos humanos, encarados como bons ou maus”. Já a moral, se apresenta como o conjunto de práticas “admitidas em uma época e em uma sociedade determinada”. Tendo em vista essas considerações, Cortella (2010, p.106) apresenta a ética como o “conjunto de princípios e valores da nossa conduta na vida junta”, onde o indivíduo não pode ser visto de modo isolado, uma vez que o ser humano é um ser social, constituído por valores, crenças, religião, expectativas de vida, ou seja, necessita ser compreendido como uma totalidade, visto que a partir de seu nascimento já mantém uma relação ativa com o mundo.

Dentro dessa perspectiva, em meio a pluralidade das relações humanas, Kant (1996) aponta que os conhecimentos humanos dependem da educação e a educação depende dos conhecimentos humanos. Tal premissa maximiza a importância da educação na formação integral do sujeito, assim como, chama atenção para o fato da educação lidar com situações complexas, que exigem um olhar diferenciado e atento, o qual impulsiona um (re) pensar sobre os desafios existentes na produção e construção do saber diante de uma visão ética direcionada ao respeito e desenvolvimento da vida, bem como a sobrevivência e a recuperação de sua humanidade.

Nesse panorama, se faz necessário que o Ensino Superior, em especial a docência universitária, também seja contemplada por esse olhar minucioso acerca da formação integral do sujeito, não somente profissional mas, sobretudo, humana e cidadã. A partir disso, busca-se refletir sobre a importância da ética e do princípio ético da responsabilidade em meio compromisso moral do docente universitário, frente à formação integral do sujeito, questionando-se: *O que significa formar dentro dos princípios éticos? Quais as possibilidades de aplicação do modelo da responsabilidade na docência universitária? Como as ideias de Freire e Jonas dialogam para a estruturação de um referencial ético?* Com essa perspectiva, os estudos da ética e práxis pedagógica, de Paulo Freire (2005; 2009) e, da ética da responsabilidade, de acordo com Hans Jonas (1994; 2006; 2013), mostram-se como um caminho possível e promissor para o encontro de fatores que dialogam em busca de uma educação ética cada vez mais compromissada com a formação integral do sujeito, a transformação social e a humanização do ensino.

METODOLOGIA

O presente estudo é de natureza básica, exploratório quanto aos seus objetivos, qualitativo quando à abordagem do problema e bibliográfico quando aos procedimentos. O estudo se baseia nos escritos de ética e práxis pedagógica, de Paulo Freire (2005; 2009), e da ética da responsabilidade e práxis coletiva, segundo Hans Jonas (1994; 2006; 2013).

REFERENCIAL TEÓRICO

Paulo Freire, em suas obras *Pedagogia do oprimido* (2005) e *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa* (2009), demonstra claramente que sua preocupação ética transcende o espaço da sala de aula, com o objetivo de viabilizar a transformação do indivíduo em sujeito que está no mundo. Tal visão se concretiza a partir do momento em que Freire percebe a importância de observar de perto a educação existente na época, e conclui que somente com um processo emancipador e de intervenção seria possível uma pedagogia realizada não somente para os educandos, mas fundamentalmente com os educandos. Nesse sentido, o processo de transformação na educação, concretiza-se pela práxis, onde o conhecimento se constrói na relação ocasionada por oportunidades e experiências históricas.

Partindo dessa constatação, onde a importância da *educação e do ser mais humano* aflora, percebe-se que a preocupação com a ética se forma com o intuito de identificar as causas de alguns comportamentos, valores e costumes morais da sociedade. Contudo, esse processo decorre de momentos históricos que, naturalmente, tendem a se modificar de acordo com o contínuo percurso do tempo, gerando transformações que fazem com que tanto os indivíduos quanto a própria sociedade, percebam a necessidade de enxergarem-se como sujeitos e não objetos, incitando-os, assim, a assumir a responsabilidade e o compromisso com a ética.

Nesse sentido, Freire (2009, p.11) anuncia a solidariedade enquanto compromisso histórico de homens e mulheres, como uma das formas de luta capazes de promover e instaurar a “ética universal do ser humano”. Essa dimensão utópica, conduz a uma visão de educação aberta ao novo, que corre riscos e rejeita qualquer tipo de discriminação. Nesse panorama, a ética apresentada por Freire (2009, p.16), se afronta com toda e qualquer “manifestação discriminatória de raça, de gênero, de classe”, acreditando que a melhor maneira de lutar pela ética é “vivê-la em nossa prática, é testemunhá-la, vivaz, aos educandos em nossas relações com eles”.

Por intermédio desse processo, ensinar exige constante reflexão crítica sobre a prática passada, comparando-a com o presente, a fim de aperfeiçoar a futura. Nesse sentido, Freire (2009, p.10), aponta a necessidade de “formação científica, correção ética, respeito aos outros, coerência, capacidade de viver e de aprender com o diferente”, de modo a nunca permitir que “o nosso mal-estar pessoal ou a nossa antipatia com relação ao outro nos façam acusá-lo do que não fez”. Logo, a magnitude dessa compressão, nos conduz a perceber que, mais do que um ser no mundo, o ser humano se tornou uma presença no mundo, com o mundo e com os outros. Presença que, reconhecendo a outra presença como um *não-e*, se reconhece como *si própria*. Presença que se pensa a si mesma, que se sabe presença, que intervém, que transforma, que fala do que faz mas também que sonha, constata, compara, avalia, valora, decide e rompe. Contudo, é no domínio da decisão, avaliação, liberdade, ruptura e opção, que se instaura a necessidade da ética e impõe a responsabilidade.

Desse modo, vale destacar, que “não há docência sem discência” (FREIRE, 2009, p. 23), pois a presença de ambos, educando e educador, formam juntos a totalidade do ato educativo. Nesse espaço de saber vivo, constrói-se o entendimento que ensinar é aprender com o outro aquilo que ainda não temos como conhecimento ou conhecido. Logo, isso significa “reconhecer que somos seres *condicionados* mas não *determinados*” (FREIRE, 2009, p.11, grifos do autor).

Sobre isso, Freire (2009) acrescenta que a fala e a prática do educador, em meio ao espaço democrático da escola, devem ser construídas de modo a apresentar o educando para a totalidade da vida, suas particularidades, limitações e potencialidades.

Por que não discutir com os alunos a realidade concreta a que se deva associar a disciplina cujo conteúdo se ensina, a realidade agressiva em que a violência é a constante e a convivência das pessoas é muito maior com a morte do que com a vida? Por que não estabelecer uma “intimidade” entre os saberes curriculares fundamentais aos alunos e a experiência social que eles têm como indivíduos? Por que não discutir as implicações políticas e ideológicas de um tal descaso dos dominantes pelas áreas pobres da cidade? A ética da classe embutida neste descaso? (2009, p. 48).

Levando isso em conta, percebe-se que os seres éticos têm a capacidade de intervenção no mundo, de comparação, ajuizamento, decisão, rompimentos e escolha. Embora, também tenham capacidades de atitudes mais baixas e indignas, “só os seres que se tornaram éticos podem romper com a ética” (FREIRE, 2009, p. 52). Diante disso, Freire (2009) considera que o professor precisa conscientizar-se do seu estado inacabado, pois o aluno, com ser humano, também possui características semelhantes às do docente, visto que, ambos, não são objetos,

mas sim sujeitos da história. Sendo assim, o bom senso ético faz parte da prática docente, porém não confundir autoritarismo com autoridade e liberdade com liderança. O bom senso não dirá o que é, porém conseguirá deixar claro que existe algo a ser descoberto e conhecido. Sobre isso, Freire (2009) lembra:

Como professor não me é possível ajudar o educando a superar sua ignorância se não supero permanentemente a minha. Não posso ensinar o que não sei. Mas, este, repito, não é saber de que apenas devo falar e falar com palavras que o vento leva. É saber, pelo contrário, que devo viver concretamente com os educandos. O melhor discurso sobre ele é o exercício de sua prática. É concretamente respeitando o direito do aluno de indagar, de duvidar, de criticar que “falo” desses direitos. A minha pura fala sobre esses direitos a que não corresponda a sua concretização não tem sentido (Freire, 2009, p. 95, grifo do autor).

Tendo em vista as ideias freudianas, percebe-se que aprender com o aprendente é um dos deveres do educador. Nesse sentido, Freire (2009, p.22) aponta que vivenciar os princípios éticos e transformadores da experiência educativa, exige compreender “que o que há de fundamentalmente humano no exercício educativo: o seu caráter formador. Se se respeita a natureza do ser humano, o ensino dos conteúdos não pode dar-se alheio à formação moral do educando. Educar é substantivamente formar”. Com isso, o processo formativo, para ser ético, necessita ser plural - abandonado a postura singular da autoridade. Tal constatação, nos leva a verificar que a ética em meio a formação integral do sujeito, ocorre quando a formação moral do educando também é um dos objetivos educativos da ação pedagógica do educador.

Na continuidade, Hans Jonas (2006), alerta que os conceitos de ética tradicional tornaram-se insuficientes diante do esvaziamento de valores e da crescente ameaça à integridade da vida, impulsionadas pelo uso desenfreado dos recursos tecnológicos e pela influência da economia em maximizar a produção acima de tudo. Assim, a “natureza qualitativamente nova de muitas das nossas ações descortinou uma dimensão inteiramente nova de significado ético, não prevista nas perspectivas e nos cânones da ética tradicional” (JONAS, 2006, p.29).

Sob essa premissa Jonas (2006, p. 21) esclarece que “o novo continente da práxis coletiva que adentramos com alta tecnologia ainda constitui, para a teoria ética, uma terra de ninguém”, onde a promessa da tecnologia moderna se converteu em uma ameaça. Com isso, deixa claro que a sobrevivência da humanidade depende de esforços para cuidar da vida e do planeta e, assim, assegurar seu futuro, instigando a necessidade de um novo pensar sobre a ética, sob a ótica da responsabilidade.

A ética, enquanto princípio fundamental e orientador do ser, necessita direcionar o sujeito para a solução de condições conflituosas, onde se é preciso distinguir entre o bem e o mal agir, o certo e o errado, bem como adotar decisões assertivas em relação às questões importantes para a (con) vivência cotidiana. Com base nisso, na visão tradicionalista, o resultado dessas escolhas (positivas ou negativas) só eram consideradas em um espaço temporal próximo ao agir - tempo presente comum. As consequências advindas a longo prazo, eram jogadas ao acaso ou a suposta força do destino, não havendo um olhar sobre as consequências do agir humano sobre as gerações futuras - visão presente na afirmação moderna do progresso onde a relação humano-natureza tornou-se um problema ético.

Nesse sentido, a condição global da vida humana, o futuro e a continuidade da existência da espécie não eram consideradas pelos modelos éticos anteriores, onde “a ética tinha a ver com o aqui e agora, como as ocasiões se apresentavam aos homens, com as situações recorrentes e típicas da vida privada e pública” (JONAS, 1994, p. 36-37). Contudo, a certeza de que as ações humanas, no tempo presente, poderão comprometer o homem e a natureza, em tempos futuros, reforça a necessidade dessa uma nova dimensão ética que percebe a responsabilidade do sujeito frente a natureza, e recusa o modelo antigo onde a mesma “não era objeto da responsabilidade humana, ela cuidava de si mesma” (JONAS, 2006, p.33).

Para o autor, a ética necessita ser centrada no ser humano e na natureza, indo além dos que vivem na mesma escala de tempo e espaço, sendo necessário repensar e “procurar não só o bem humano, mas também o bem de coisas extra-humanas, ou seja, alargar o conhecimento dos ‘fins em si mesmos’ para além da esfera do homem e fazer com que o bem humano incluísse o cuidado delas” (2006, p. 23, grifo do autor). Sendo assim, não valida-se somente o bem humano, mas também o bem extra-humano - a natureza -, a qual deixa de ser meio de satisfação das necessidades humanas, passando a ser vista como responsabilidade de todos. Essa nova visão não rompe, ignora ou desabona com os princípios éticos tradicionais - honestidade, virtude, justiça, entre outros, visto que

[...] as antigas prescrições da ética “do próximo” – as prescrições da justiça, da misericórdia, da honradez, etc. – ainda são válidas, em sua imediaticidade íntima, para a esfera mais próxima, cotidiana, da interação humana. Mas essa esfera torna-se ensombrecida pelo crescente domínio do fazer coletivo, no qual ator, ação e efeito não são mais os mesmos da esfera próxima. Isso impõe à ética, pela enormidade de suas forças, uma nova dimensão, nunca antes sonhada, de responsabilidade (2006, p. 39).

Este novo princípio de responsabilidade, mantém compromisso com a preservação da vida como princípio ético e da essência humana, onde o agir humano se torna “coerente não

pela compreensão do ato em si mesmo, mas a dos seus efeitos e consequências finais para a continuidade da atividade humana no futuro (JONAS, 2002. 49). Uma ética de responsabilidade que se constrói no presente, mantendo um olhar firmado no futuro, porém esse conceito de futuro somente pode ser consolidado após a tomada de consciência do sujeito em relação às causas e aos efeitos de suas ações diante do Ser e da natureza.

Ao analisarmos as possibilidades de aplicação do modelo da responsabilidade na docência universitária, não se cogita a utilização da educação como meio para criticar as novas tecnologias e os muitos avanços oportunizados pelas mesmas, mas sim para agregar saberes, buscar o conhecimento prévio dos fatos e o “valor da máxima informação sobre as consequências tardias de nosso agir coletivo” (JONAS, 2013, p.74-75). Assim, a ética da responsabilidade, vai de encontro a preservação da existência em sua totalidade, visto que a esfera da educação mostra de maneira mais evidente como se interpenetram (e se complementam) a responsabilidade parental e a estatal, a mais privada e a mais pública, a mais íntima e a mais universal, na totalidade dos seus respectivos objetivos.

Essa responsabilidade parental, traz à tona a relação entre pais e filhos, onde o “objeto é a criança como um todo e todas as suas possibilidades e não só as suas carências imediatas” (JONAS, 2006, p.180). Sobre esse todo e suas potencialidades, Jonas (2006, p.180) faz referência a responsabilidade apresentada frente a formação integral do ser, seu processo de aprendizagem, entendendo por educação, um conjunto de “habilidades, comportamento, relações de caráter, conhecimento, os quais devem ser supervisionados e estimulados durante o desenvolvimento [...] o cuidado parental visa à pura existência da criança e, em seguida, visa a fazer da criança o melhor dos seres”.

Sobre a responsabilidade estatal, Jonas (2006, p. 180) alega existir semelhanças com responsabilidade parental, que vão desde a existência física até os interesses “da segurança à plenitude, da condução até a felicidade”. Facilmente percebe-se que apesar de distintas, ambas responsabilidades compartilham conceitos comuns sobre a totalidade, continuidade e futuro, visto que englobam o Ser total do objeto em todos seus aspectos, seja por vias individuais ou coletivas. Dessa forma, reforça-se que é através da educação que a criança constrói sua identidade histórica, sua historicidade, considerando que “o privado abre-se para o público e incorpora-o como parte integral do Ser da pessoa” (JONAS, 2006, p. 181).

Pode-se dizer que a formação do sujeito como cidadão, inicia-se com a responsabilidade dos pais que educam os filhos para o Estado, que por sua vez, assim como os pais, também assume para si a educação desses sujeitos. Assim, “é impossível à responsabilidade educativa deixar de ser política” (JONAS, 2006, p.186), considerando que a criança vivencia na escola a

preparação para a vida em sociedade, por meio da pluralidade de experiências significativas direcionadas a formação e orientação dos valores inerentes ao ser humano e a cidadania, sejam eles por vias individuais ou por vias coletivas.

Ao analisar essa abordagem, percebe-se que o ato de formar demonstra certa responsabilidade para com outro, para com a vida, com o hoje e com o imprevisível mundo do amanhã, reforçando assim a responsabilidade assumida pelo professor diante de sua prática educativa. Por meio dessa perspectiva, a responsabilidade também pode ser compreendida como o princípio do agir humano, sendo projetado, no tempo presente e futuro, sob a forma de cuidado com um outro ser, estando esse em vulnerabilidade ou ameaça. Por fim, o que deve ser reforçado, é que a ética da responsabilidade, proposta por Jonas, não substitui a visão ética tradicionalista, apresentando-se como complemento e atualização da mesma, na medida em que a noção de responsabilidade ganha novo sentido frente a pluralidade de problemas enfrentados na atualidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com os apontamentos trazidos por Paulo Freire e Hans Jonas, a educação pautada pelos princípios éticos da solidariedade, alteridade e preocupação com o bem estar da coletividade, tanto no Educação Básica, assim como no Ensino Superior, necessita ocorrer em um espaço de prática dialógica, instigando assim a presença do aluno, sua autonomia e liberdade de expressão, para assim poder se manifestar e atuar ativamente na construção de sua formação cidadã. Com base nisso, Freire (2009, p.91) conclui que “não há diálogo, porém, se não há um profundo amor ao mundo e aos homens”. Nessas considerações, esse amor se apresenta como um princípio ético fundamental, visto que somente através do diálogo se pode vencer as barreiras da verticalização, demonstrando que cada ação deve ser pensada sobre o entendimento de suas consequências sobre o outro e o mundo.

Segundo Hans Jonas, o imperativo da responsabilidade se fundamenta na compreensão do fenômeno da vida e do conceito de liberdade de forma coletiva. Logo, as reflexões trazidas sobre a ética da responsabilidade possibilitam o entendimento de que ambos conceitos, ética e responsabilidade, são fundamentais e edificantes à formação de ser, estando presente nas ações cotidianas de sujeitos integrantes de qualquer sociedade, indiferente da cultura e temporalidade. Enfim, a visão proposta por Hans Jonas vai além da preocupação com a vida existente no planeta, compreendendo, também a aflição com a morte da essência do ser humano, dada por

um processo de destruição do *ser* em prol da construção do *ter*, em meio a dualidade sujeito e poder.

Sobre as possibilidades de aplicação do modelo da responsabilidade na docência universitária, o conceito de ética proposto Jonas se apresenta diretamente preocupado com a manutenção da essência humana, mantendo como uma de suas principais teses a relação estabelecida entre dever e ser moral. Nesse sentido, percebe-se que o princípio da responsabilidade tende a viabilizar, junto à docência universitária, inúmeras possibilidades de construção do conhecimento, utilizando o diálogo crítico - práxis dialógica - como uma estratégia de efetivação da práxis coletiva ética.

As ideias de Freire e Jonas dialogam para a estruturação de um referencial ético, demonstrando que a união de ambas visões éticas durante o fazer docente, vem de encontro a frase de Freire (2005, p.87): “Educação não transforma o mundo. Educação muda pessoas. Pessoas transformam o mundo”. Dessa forma, a promoção de uma educação ética necessita despertar, valorizar e defender a solidariedade como compromisso histórico, assumindo o desafio de fortalecer a humanidade existente na capacidade de respeitar e (con)viver com o diferente, preparando o sujeito para assumir de forma consciente sua responsabilidade frente às exigências, desafios e perigos que ameaçam o tempo presente e futuro, assim como a repercussão do modo de ser e agir da existência humana futura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das análises e estudos realizados, percebe-se que os conceitos trazidos por Paulo Freire e Hans Jonas, conseguem propor uma educação ética em meio a um trânsito perfeito entre sujeito e natureza - presente e futuro, estando ambas comprometidas com a formação integral do ser humano, que por sua vez reflete o compromisso ético assumido junto a educação de qualidade, tratando-se de um desafio de larga escala, que necessita ser continuamente (re) pensado de modo ousado, cuidadoso e humilde.

Nesse cenário, percebe-se que as ideias dos autores conseguem propor um diálogo favorável junto à docência universitária, formando um referencial ético baseado na humanização, cuidado, responsabilidade, cautela e prudência. Assim sendo, também cabe aos docentes universitários a reflexão crítica sobre sua atuação, a busca constante por aprimoramento e a manutenção de um diálogo produtivo e ético com os alunos, buscando fomentar técnicas educativas capazes de legitimar novas gerações diante do imperativo tecnológico que se põe como determinismo.

REFERÊNCIAS

CORTELLA, M. S. **Qual é a tua obra? Inquietações propositivas sobre gestão, liderança e ética.** 9ed. – Petrópolis, RJ, Vozes, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 40. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 49. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

JONAS, H. **Ética, medicina e técnica.** Lisboa: Vega Passagens, 1994.

JONAS, H. **O princípio da responsabilidade: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica.** Tradução de Marijane Lisboa e Luiz Barros Montez. Rio de Janeiro: Contraponto/EdPUC- Rio, 2006.

JONAS, H.. **Técnica, Medina e Ética:** sobre a prática do Princípio Responsabilidade. Tradução do Grupo de Trabalho Hans Jonas da ANPOF. São Paulo: Paulus, 2013.

KANT, Immanuel. **Sobre a Pedagogia.** Tradução. Francisco Cock Fontanella. Piracicaba: Editora Unimep, 1996.

LALANDE, A. **Vocabulário técnico e crítico da filosofia.** São Paulo: Martins Fontes. Tradução de Fátima Sá Correia, Maria Emília V. Aguiar, José Eduardo Torres e Maria Gorete de Souza. 1993.